

A CONTRADIÇÃO COMO EFEITO DA DISPERSÃO NO DISCURSO DE PROFESSORES

Barthira Cabral Vieira de Andrade Claudino

Formular é dar corpo aos sentidos. E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela linguagem, que se inscreve na história para significar, tem o seu corpo atado ao dos sentidos. Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo tem sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. (Eni Orlandi).

Trabalhar na perspectiva da AD é trabalhar o discurso em um terreno onde necessariamente são colocadas questões relativas à ideologia e ao sujeito, pois é da relação entre estes dois elementos que o sentido passa a ser constituído. Segundo Orlandi (2000, p. 47) “O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua, com a história” e ainda, “Não há sujeito sem ideologia”.

Esse material do qual se ocupa a AD unindo sujeito e história, bem como a visão que defende desse sujeito como sendo descentrado, são características que podem ser comprovadas no uso mais cotidiano que fazemos dos discursos. O sujeito da AD não coincide consigo mesmo, é uma posição que ocupa para ser sujeito do que diz.

Acredito que é, sobretudo, nos ambientes institucionais que estas relações estão de tal forma marcadas que mostram e validam as posições mais controvertidas da AD e apesar de hoje compreender ser o sujeito um ente clivado, devo dizer que sempre vi com extrema desconfiança a caracterização do sujeito como sendo assujeitado e determinado por uma formação discursiva específica, talvez porque essa idéia de sujeito minasse o que para mim é a característica mais essencial da linguagem humana: a criatividade, a possibilidade de criar o novo.

Ciente deste fato é que me dispus a refletir sobre o sujeito e a dispersão que sobre ele atua quando da produção dos discursos, particularmente levantando a questão da contradição.

Nossa proposta aqui é fazer uma análise de algumas gravações de aulas, enfatizando a contradição presente nas mesmas. Os textos analisados são recortes de aulas do curso de Direito de uma das faculdades privadas desta capital, da qual sou aluna. Foram gravadas aulas de cinco disciplinas diferentes, totalizando dez aulas (duas de cada). São aulas ministradas por diferentes professores, porém tendo como ponto em comum o fato de todas serem aulas que deram início ao semestre letivo.

A observação, gravação e análise de aulas e do discurso de diferentes professores tem corroborado para um entendimento da concepção que se tem de sujeito na AD e presenciar o funcionamento do discurso desses professores traz à tona a relevância da teoria com a qual venho trabalhando. Pude entender que o assujeitamento que se revela num sujeito submetido à língua, não elimina a possibilidade de manipulá-la e que o sujeito se encontra sempre numa arena onde lutam as determinações sociais e ideológicas e o desejo de sempre ser sujeito do que diz.

Assim, o conflito existente no nível do sujeito, entre uma necessidade de pertencer a um discurso que é tido como verdadeiro e válido e a necessidade de se colocar como sujeito

(uno e coerente) torna possível também um conflito de ordem mais discursiva, ou seja, à tentativa de se produzir um discurso 'aceitável' corresponde uma contínua dispersão.

Sabemos que a dispersão é uma característica dos discursos, mas ela se manifesta das mais diversas formas, entre elas pela contradição. A dispersão é uma de suas condições primeiras, pois, o discurso é sempre incompleto, sujeito ao movimento do sentido. Um discurso pode sempre culminar em outro. Além disto não temos do ponto de vista discursivo um final e um começo absolutos. No entanto, para que a subjetividade se instaure, surge nos discursos uma necessidade de estabilização, uma procura por coerência, não-contradição, progressão e fim, como bem diz Orlandi (2001b, p.113). Assim é que o sujeito se faz sujeito responsável pelo que diz e é também deste modo que ele tem a ilusão de que é plenamente compreendido pelos outros. Além disto, o discurso precisa se inscrever no verdadeiro (Cf. FOULCAULT, 2002), precisa mostrar estar de acordo com um ordenamento subjacente para que seja aceito. Assim é que uma primeira característica das falas dos professores é a necessidade que mostram em estar devidamente encaixados dentro da ordem do discurso acadêmico.

Existe uma espécie de vontade no sentido de conformar-se à norma e ela está explícita nos trechos gravados. As falas coincidem umas com as outras, são bastante características do pensamento da área, por vezes, inclusive, são senso-comum. Há também um discurso bastante uniforme no que diz respeito ao conteúdo. Em todas as aulas os temas são os mesmos e giram em torno da organização da disciplina durante o semestre, da avaliação, do comportamento esperado dos alunos durante as aulas, do material a ser lido, do conteúdo programático, entre outros. Vejamos:

– *Eu gostaria de parabenizar vocês pela escolha do curso porque o curso de Direito é o que tem o maior leque de opções de trabalho (...) Aqueles que não chegarem ao serviço público, tem o privado.*

– *Vocês devem investir na educação de vocês.*

Neste primeiro momento o discurso caminha em direção a uma valorização da área. O professor tenta mostrar que a opção pelo curso de Direito foi uma decisão acertada na medida em que ele proporcionaria vantagens profissionais. No final do recorte acima vemos o professor lançando mão do que virou um verdadeiro clichê nas instituições educacionais, o *vocês devem investir na educação de vocês*. Aliás, não é minha intenção aqui analisar o mérito desta questão, simplesmente chamo a atenção para o fato de que este dizer está presente nas escolas como um todo e se fazer evidenciado também aqui. Esta sentença, além de expressar uma conformidade absoluta com o que se espera de um professor, antecipa outros discursos como *vocês devem estudar muito, não falem aula, participem de congressos, comprem livros*, discursos estes que também estarão presentes nas falas.

Num segundo momento, o discurso sobre a relevância do curso, que é uma constante nas gravações, começa a ceder lugar a questões outras como, por exemplo, a leitura, que abre-se como novo viés temático. Surgem termos como *lêem muito* ou mesmo *abertura mental*.

– *Os estudantes de direito são os que mais exercem a dialética*

– *Alunos de Direito lêem muito*

– *Invistam, leiam(...)para que ao final vocês reconheçam que este curso foi o instrumento para que vocês tivessem acesso ao mercado de trabalho*

- (...) *abertura mental que o curso proporciona*

Embora até aqui possamos perceber a busca pela coerência e por um dizer cabível no contexto e atrelado ao que se espera dos sujeitos neste, há uma quebra, com a continuação da fala do professor. Alguns outros recortes mostram claramente que a afirmação anterior de que o aluno de Direito lê muito não é necessariamente um fato, pois se assim o fosse não haveria a ênfase na necessidade da leitura. Aí reside a contradição. Observemos os trechos que seguem:

– *É importante ler*

– *O aluno de Direito tem que ler muito*

Existe uma vontade do sujeito de assim significar e de dizer dessa característica do aluno de Direito – a saber, que ele lê muito, contudo, ao fazê-lo deixa marcas para que entendamos o conflito existente entre o *ser* e o *ter que ser* um leitor. A leitura não passa de uma obrigação, sua efetivação é duvidosa.

Relacionando estes recortes com os que seguem, respectivamente, vemos que o professor joga com duas vontades. Uma que está para a instituição e outra que é por ele colocada. Assim, ao mesmo tempo, ele enfatiza a importância da leitura e a reduz a um mero instrumento que possibilitaria sucesso nos exames.

– *Ninguém precisa correr e comprar livros... porque após toda aula eu deixo os apontamentos na xerox*

– *Eles são suficiente para a prova? Eu diria que sim*

É interessante porque é como se o professor burlasse a ordem e ao mesmo tempo a obedecesse. Ele fez o que era dele esperado, incentivou a leitura. No entanto, satisfaz o aluno porque demonstra que o seu interesse também é a prova, isto posto que os alunos durante as aulas questionavam a este respeito. Coloca-se entre a instituição e o aluno e corresponde aos dois.

Outro aspecto é que apesar do professor se mostrar como incentivador da leitura, na verdade ele só incentiva a leitura dos apontamentos. Então, a continuidade de sua fala desfaz seu discurso, no momento em que ele delimita o que vai ser lido e o que vai ter relevância.

Já anteriormente mencionamos que para a AD a condição da linguagem é sempre a incompletude, ou seja, nem sujeitos nem sentidos estão constituídos definitivamente. É por esse motivo que o discurso pode sempre ser outro, está sempre sujeito à falha, ao equívoco. A transparência só existe para o sujeito e é condição para que esse assumira esta posição. Desse modo, o sujeito sempre acha que o seu dizer é perfeitamente compreensível e coerente, além de ter se originado nele mesmo, quando na verdade está em jogo sua memória discursiva e o confronto desta com a exterioridade. Chamamos atenção para este ponto porque embora já se aceite amplamente a questão de a linguagem não ser transparente, parece-me que esta característica é às vezes colocada como que num nível puramente abstrato, ou mesmo exterior ao próprio texto. O que quero dizer é que se há contradição nos discursos, a tendência é entender que esta está no sujeito, na forma como o discurso é entendido, na formação discursiva e assim por diante. A contradição da qual estamos falando aqui é aquela que está

explícita na materialidade da língua, é a contradição que é claro se origina na dispersão do próprio sujeito histórico, mas, que está de fato marcada no texto.

Nas aulas gravadas foi observado que trechos das falas dos professores desfazem outros trechos. Os enunciados não coincidem, são totalmente incompatíveis. Observemos os recortes abaixo:

– *Na sala de aula ninguém é dono da verdade, o professor não é dono da verdade, logo, regra número 1... vocês podem discordar*

– *O aluno não está gostando da aula. Pode sair... democraticamente... esta é a primeira regra*

Observe que o que é colocado aqui é a figura de um discurso bastante liberal, 'amigável', no qual o professor ressalta a importância do aluno e de sua capacidade de discordar. Porém, há elementos nesta fala que nos levam a outro discurso. Por exemplo, por que 'regra número 1'? A palavra *regra* não condiz com o teor da primeira parte da sentença e demonstra uma tentativa de impor ao aluno o tal comportamento de discordar. Leia-se então: O aluno na minha aula *tem que* discordar. Os indivíduos participantes ou que interessam àquela cena discursiva são listados no trecho e são eles, professor e aluno. Há uma verdade da qual ninguém é dono e este *ninguém* corresponde justamente aos dois indivíduos, professor e aluno. O conflito gerado neste trecho está no fato de ao estabelecerem-se os atores e sua liberdade dentro de processo, existir uma voz dentro do discurso que diz o que fazer.

O trecho comprova ainda esta idéia, pois, *pode sair e democraticamente* entram em choque com *primeira regra*. Há alguém que dita as regras, que, portanto, não são assim tão democráticas. De fato, a afirmativa do professor é um aviso para os que não estiverem gostando da aula. Eles *devem* sair.

O mais interessante é que o professor, ele mesmo, não percebe que está dando uma ordem e a todo momento mantém a sua postura de alguém muito afeito à liberdade em sala de aula. A disciplina imposta pelo professor não é por ele reconhecida enquanto tal.

Se em determinados momentos podemos pressupor a existência de um dizer institucional guiando a fala do professor, em outras situações, como no exemplo a seguir, é o discurso do aluno que ele assume:

– *Dizem que eu sou chato. Eu não sei se sou chato porque isto não depende de mim, é opinião, depende dos outros*

O início do trecho já mostra que há um alguém, um sujeito para o verbo dizer que não é colocado explicitamente, mas, que pode ser identificado como sendo o aluno. Os alunos dizem que o professor é chato.

Ainda, esta opinião depende dos outros. Quem são estes outros? Eu diria novamente: o aluno. Observando o trecho seguinte podemos comprovar isto na medida em que o professor dirige-se diretamente ao seu público.

– *Vocês tem a liberdade de não gostar de mim como professor, vocês podem não gostar de mim(...) Buda dizia "sempre há algo pior"*

Duas questões podem ser colocadas sobre estes trechos. A princípio, e esta seria a primeira questão, não sabemos se o professor está se dizendo chato ou se afirma justamente o contrário. A segunda questão seria identificar nestas falas o que seria este ser chato para ele. Seria algo positivo ou negativo? Ele está valorizando o ser chato?

Creio que a primeira questão pode ser resolvida se olharmos mais atentamente para o texto e tentarmos examinar a afirmativa *eu não sei se sou chato*. Vejamos. Temos duas seqüências distintas: eu não sei/ sou chato. Na verdade, a negativa está na primeira afirmação e não na segunda. A incerteza é colocada para o verbo saber. Ser chato é uma verdade posta (pelos outros obviamente) e repetida pelo professor, tanto é que ele reafirma esta condição no trecho abaixo.

– (...) *bem depois de tudo isto, para provar que eu realmente sou chato(...)*

O professor brinca com este discurso porque talvez para ele ser chato pode não ser algo negativo, talvez signifique ser exigente. Lembremos que estes trechos foram retirados de aulas que iniciavam o semestre letivo, aquelas aulas nas quais o professor se apresenta e diz de suas intenções e exigências.

Há um caminho percorrido que talvez contribua para que tenhamos certa dificuldade em entender o que é dito neste texto, reforçado pela contradição existente. É bastante interessante porque se o sujeito fosse uno, haveria apenas a contradição a se considerar, e ele não estaria sendo entendido pelo seu público. Como o sujeito é descentrado, há contradição no seu *texto*, porém podemos perceber que ela é gerada pelo conflito entre este e as condições nas quais o discurso é produzido e as várias vozes presentes no mesmo. A contradição não é resolvida, está presente, mas não é óbice à comunicação.

A voz do aluno é colocada quando o professor diz: *dizem que sou chato* obviamente fazendo referência a este. Então, o professor é dito chato mas, isto não está tão claro para ele, ele não se considera, a princípio, chato – *eu não sei se sou chato*.

No segundo recorte, por sua vez, já se vê o professor entendendo a sua condição de chato, porém, tentando convencer o aluno de que existem piores.

Num terceiro momento, o professor se diz chato realmente.

Veja que não há qualquer correspondência entre os três trechos. É como se existissem três enunciados completamente diferentes: *Eu não sou chato* – *Sou um pouco chato* – *Sou chato*.

Acredito que de alguma forma a contradição se resolva com a observação feita acima sobre a negativa, no entanto, não posso deixar de afirmar que toda a dispersão que encontramos nas falas gravadas se fundam neste princípio de que há uma contradição constituída a partir de uma intenção do sujeito de ser uno, ser ele mesmo, mas incapaz de fugir de condições de produção que a ele impõem certos dizeres. Vejamos o que diz Brandão a respeito do sujeito e da dispersão o que explicita melhor esta questão.

Dessa forma, se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado, deve-se rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito. O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso (...) (BRANDÃO, 2000, p. 30)

Parece-me que a tentativa constante de se colocar para a ordem esbarra na vontade do sujeito de assumir outro discurso e termina por colocar no discurso uma espécie de 'confusão' nos dizeres. É também significativa a presença da referência a um dizer de Buda porque fica expressamente colocada a questão do embate entre as afirmativas. Há *algo pior* porque o professor não se considera tão chato assim, contudo se vê obrigado a colocar o já dito sobre ele.

O elemento 'vontade de verdade' entendido por Foucault (2002) como um dos procedimentos de exclusão do discurso não pode ser relegado aqui. Para que um discurso seja válido é preciso que ele se coloque no verdadeiro.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje. (p. 17)

Não digo que em todas as falas esta seja a questão, mas, sem dúvida, ela está presente visto que o professor é compelido a dizer certas coisas, a repetir certas formulações que não são dele. Por isso existem as contradições. A luta entre a vontade criadora do sujeito e as determinações sociais e contextuais se mostra no discurso, como evidenciam as passagens abaixo:

– Não há disciplina mais importante que a outra

– É natural o aluno se ater àquelas disciplinas que lhe dão mais respaldo para o curso de Direito, mas não esqueçamos que o conhecimento filosófico vai propiciar ao advogado mais facilidade no seu trabalho, a argumentação será mais fácil

A princípio se poderia dizer que o primeiro trecho se insere na tal 'verdade' da qual fala Foucault. É o discurso aceito como correto, é o discurso aceito pela instituição. É o discurso em voga nas salas de aula na qual se tem o cuidado de dar a mesma importância as mais diferentes disciplinas. É a verdade da escola que recorta o currículo e os conteúdos e quer a todo custo que estas partes sejam do mesmo modo vistas por todos os indivíduos. Mas, embora o professor dele se utilize, no segundo recorte é possível ver que para ele existem sim disciplinas mais importantes: aquelas que dão mais respaldo para o curso. Então, temos aqui um sujeito partido e um discurso também esfacelado sendo tudo isto natural ao mundo discursivo, entendido e aceito o discurso pelos ouvintes como sendo uno.

Outro exemplo desta deriva do discurso para outros pontos pode ser constatada nos próximos recortes:

– Enquanto vocês tiverem decorando pessoal, não vão a lugar nenhum

– Ninguém aprende direito decorando

A primeira parte deste texto enfatiza a posição do professor em relação à prática de decorar os assuntos. Contudo, é exatamente isto que o professor favorece em suas aulas.

– Então a lei é o ordenamento escrito... (espera os alunos continuarem) com caráter (...) obrigatório, é (espera novamente) genérica e acrescenta algo novo ao sistema jurídico

Não desejo trabalhar mais profundamente este ponto porque já estaríamos entrando numa situação nova na qual se analisaria o discurso versus prática pedagógica, o que não é o

meu principal interesse aqui, embora este exemplo também demonstre que a dispersão atua sobre esta. Vou me limitar a esta pequena citação já feita.

No recorte seguinte, surge nova situação: o professor comenta o seu próprio texto, corrige-o.

– Sabe porque eu adoto Reale? Ninguém adota livro... sugere, mas, eu adoto Reale porque ele é um dos maiores juristas do mundo

Ocorre aqui uma troca de vocabulário. Esta troca de vocabulário se chama metaenunciação e para a Análise do Discurso ela é mais que apenas uma correção, ela produz sentido (Cf. MAINGUENEAU, 1997, p. 94). Porém, neste caso específico, há um retorno à palavra de origem, o que é bastante significativo. Penso que novamente se pode constatar com este exemplo a presença da fala da instituição em contraposição à fala do professor. O tal discurso pedagógico que valoriza a leitura dos mais diversos autores, que pede ao aluno que leia o máximo possível e assim por diante é posto em cheque pela opinião do professor que se coloca como diferente e diz adotar um livro.

Nos exemplos que seguem, notamos a descontinuidade do sujeito, mais que isto, percebemos a sua tentativa de se colocar enquanto tal.

– A gente não ta aqui pra dizer poesia, mas, hoje eu vou dizer uma poesia... de vez em quando a gente vai fazer isso

– Não existe livro ruim... ruim é não ler. Tem livrinho pequeno que é excelente. Tem livros grandões que não prestam.

Especialmente no segundo texto, temos dois enunciados opostos: *Não existe livro ruim e tem livros grandões que não prestam*. Para nós esta é uma nova característica dos discursos visto que a contradição se dá de forma diferente. Nos exemplos anteriores percebemos que em um mesmo discurso coexistiam afirmativas diferentes, visivelmente contrárias, mas que eram colocadas como se pertencessem a um mesmo universo. Aqui, entretanto, o sujeito se coloca contrário a determinadas afirmativas e o faz explicitamente. Repete o discurso esperado dele, *o não estamos aqui para dizer poesia*, mas, deixa claro que não é essa sua opinião, ele faz diferente. A contradição se faz presente apenas porque ele não abre mão de sempre afirmar o esperado.

No geral, o que se observa nas gravações é que o discurso é afetado por diferentes formações discursivas e diferentes posições de sujeito e é isso que vai gerar as contradições, as irregularidades. Todavia essas contradições são circundadas por algo que lhe dá regularidade, pela repetição. Nesse movimento entre regularidade e dispersão é que se constrói o próprio discurso, como aponta Foulcault (2002):

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação ao mesmo. É um espaço da exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (p. 61)

Outros exemplos ilustram como se apresenta a contradição nos discursos. Vejamos alguns:

– *O padrão correto de provas é: 1 questão decorativa , uma de análise e uma crítica. Do mais fácil para o mais complexo. Eu sou imprevisível, viu gente? Minha prova se eu cismar pode vir de qualquer jeito... 2 questões... 500 questões*

A dispersão que ocorre aqui é da ordem do interdiscurso. De onde vem esse padrão correto de provas, senão da própria memória do sujeito? E, se existe um padrão correto, por que o professor diz ser imprevisível, contrariando o seu próprio modelo? O professor quer ser diferente, se contrapondo desta forma ao ‘padrão correto’.

Em outras situações ocorrem as duas coisas. Dispersão do sujeito em virtude de sua conformidade à exterioridade e dispersão do sujeito em virtude de sua própria formação discursivo-ideológica.

– *Vamos trabalhar duro (turma faz barulho)... não vou reprovar ninguém. Calma !*

– *Vamos fazer provas e seminários. Os seminários servem para ajudar aqueles alunos mais inibidos. Vocês vão aprender a falar em publico treinando aqui com os colegas porque vão enfrentar essa situação na profissão de vocês. Agora, os grupos decidem, todos podem apresentar, ou só alguns. Se tiver alguém muito tímido, então só um do grupo apresenta.*

– *Sempre fazemos chamada, toda aula, mas se alguém tiver algum problema, estiver doente, ou se tiver micarande é só avisar, gente!*

– *A instituição nos obriga a fazer prova. Nossas provas serão de consulta (coordenador entra na sala para dar aviso) então pessoal (falando bem baixo) como eu estava dizendo as provas serão consultada, vocês podem trazer material....*

Observe-se que o *trabalhar duro* do primeiro trecho é só mais uma daquelas frases que todo professor repete. A professora que emite esta fala deixa bem claro que não pretende reprovar ninguém, que só faz provas porque é obrigada (por isso se utiliza do recurso de provas consultadas e mesmo assim parece temer que isso possa parecer um desvio da norma) e que não dá importância alguma ao ato de fazer chamada. Desta forma ela mostra que o seu discurso não é o da instituição. Esta professora sabe dos efeitos da instituição sobre seu discurso e sua prática (*a instituição nos obriga*) e busca meios de burlá-los.

Num dos exemplos lemos *se alguém tiver algum problema*, sendo *algum* facilmente intercambiável com *qualquer*, basta prosseguir com a leitura e verificar a sua disposição em abonar as faltas em virtude de eventos de qualquer natureza.

Um outro fato relevante se dá quando a professora diz dos mecanismos de avaliação e cita os benefícios dos seminários. Fica evidente que não é para ela que o seminário é importante, ela está apenas repetindo um discurso tido como válido e adequado àquela situação, porque imediatamente depois de mostrar que o seminário serve para que os alunos treinem o falar em público e fiquem, assim, mais desinibidos, aptos a exercer melhor suas atividades profissionais, logo em seguida ela deixa como opção fazer ou não seminários. Ainda mais que isto, ela sugere que se houver alguém muito tímido, outro deve apresentar. Contradiz o trecho anterior.

A contradição pode então demonstrar os deslizamentos pelos quais passa o discurso quando de sua produção, mas, também pode ser exemplo claro de como a subjetividade é instalada nos discursos.

CONCLUSÃO

Para concluir devemos mencionar que há uma diferença entre os últimos exemplos e os que deram início a este artigo porque, de fato, percebe-se que existe uma possibilidade de categorizar as contradições. Algumas surgem de um efetivo assujeitamento e outras se colocam justamente no pólo oposto, pois, existem porque há um sujeito que discorda. Tanto o sujeito quanto os discursos por ele proferidos encontram-se sempre neste movimento de ir de encontro aos condicionamentos impostos pela ideologia e de lançarem-se em direção a uma criação de espaços discursivos diferentes. Estes movimentos ocorrem no nível inconsciente, mas, em determinados momentos também são do universo do consciente. E de alguma forma, o que é do mundo simbólico se vê entrelaçado ao que é mais palpável e real. O sujeito da AD é assujeitado, condicionado, afetado violentamente pela ideologia mas, é sempre sujeito – o que implica em ação – porque esta é a principal condição de sua existência. A presença do outro não pode ser traduzida numa anulação do eu discursivo.

Enfim, a contradição revela uma disposição dos discursos para a dispersão, o fato de o sujeito não perceber isto atesta os efeitos que sobre ele têm as condições sócio-discursivas, mas felizmente, em algum momento, a voz do sujeito, ele mesmo, sempre tenta se fazer ouvir.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: UNICAMP, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2000.

_____. **Discurso e Leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. São Paulo: Pontes, 2001b.